

Despacho n.º 12 176/2007

Na esteira da reorganização prevista na alínea c) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga, a que se refere o n.º 3.2 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que a funcionária Luísa Maria Gonçalves Hipólito possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Agronómica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Avaliação de Projectos de Braga, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga a licenciada em Engenharia Agronómica Luísa Maria Gonçalves Hipólito, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais — Luísa Maria Gonçalves Hipólito, casada, nascida em 15 de Março de 1956, natural de Santa Isabel, Lisboa, e residente na Rua de João Braga, 11, Nogueira, Braga.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica;
Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural.

Formação profissional — realizou o estágio curricular do curso de Engenheiro Agrónomo no IGEF em Lisboa, «Crédito às cooperativas de transformação e comercialização de produtos agrícolas», ingressou em 1982 na Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, onde veio a desempenhar as funções de técnica na RICA, no Programa de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores e na análise de projectos de investimento no âmbito do Regulamento CEE n.º 797/85. A partir de 1987 foi nomeada chefe de zona agrária do Vale do Ave, em 1993, chefe de divisão de Garantia Agrícola, em 1996 no cargo de director de serviços da Direcção de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e em 2003 no cargo de director de serviços da Direcção de Planeamento e Política Agro-Alimentar. Em termos de carreira, foi nomeada para a categoria de assessor principal da carreira de engenheiro em 30 de Maio de 1997.

Experiência profissional — no decurso da sua actividade profissional foi adquirindo competências em temas generalistas nas áreas de: gestão das empresas agrícolas, de projectos e dos recursos humanos; na formação de equipas; na comunicação das organizações; em formação pedagógica; em informática; etc., e em temas mais específicos, nomeadamente em: estudos rurais e economia agrária; nas políticas agrícolas e mercados; na segurança alimentar; no ordenamento do território; no desenvolvimento regional e rural, com frequência em 1993 da Second International School of Rural Development no University College Galway, na Irlanda; na multifuncionalidade dos espaços

rurais; em ambiente; e no sector da Administração Pública, com a realização recente do curso FORGEP do INA.

No desenvolvimento desta mesma actividade, participou na elaboração dos artigos/estudos, «Extensão rural — Questões do planeamento»; «Diagnóstico e perspectivas do sector agrícola»; «Estratégias da Administração no desenvolvimento local» e «Diagnóstico prospectivo dos serviços em meio rural de Entre Douro e Minho».

Despacho n.º 12 177/2007

Na esteira da reorganização prevista na alínea c) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Controlo, a que se refere o n.º 1.2 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que o funcionário Luís Manuel de Almeida Sobral Dias possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Controlo;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Agronómica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Controlo, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Controlo o licenciado em Engenharia Agronómica Luís Manuel de Almeida Sobral Dias, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais — Luís Manuel de Almeida Sobral Dias, nascido em 28 de Novembro de 1954, natural de Lisboa.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica;
MBA em Gestão Internacional.

Formação profissional:

Campanha informativa sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, promovida pela Comissão de Integração Europeia;
Curso «Formação de empresários agrícolas», promovido pela Direcção-Geral de Extensão Rural do Ministério da Agricultura;
Curso «Política agrícola da CEE e a agricultura portuguesa», promovido pelo Instituto Nacional de Administração;
Curso «Extensionistas da Direcção Regional do Ribatejo e Oeste do Ministério da Agricultura».

Experiência profissional:

1980 — nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão de Integração Europeia e Relações Externas do Gabinete de Planeamento, por despacho do director do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas;

1980 — nomeado engenheiro de 2.ª classe, por despacho ministerial;

1981 — nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão de Integração Europeia e Relações Económicas Externas do Gabinete de